

CARVALHO, Laura. **Valsa brasileira**: do boom ao caos econômico. São Paulo: Todavia, 2018.

*Ruhan Rodys Beiler\**

Laura Carvalho é doutora em economia pela New School for Social Research, professora da Faculdade de Economia e Administração da USP e colunista no jornal Folha de S. Paulo.

Sua primeira obra *Valsa brasileira – do boom ao caos econômico* se propõe a uma tarefa de fôlego: oferecer um diagnóstico da economia brasileira entre 2003 e 2017. O questionamento central é: como a economia passou de um crescimento bem acima da média das últimas décadas, acompanhado por diminuição das desigualdades sociais, para uma das maiores crises de sua história?

É do método de exposição de sua análise resultante desta questão, aliás, que vem o título do livro. Os passos do ritmo europeu nos guiam pela trajetória dos acertos e erros da política econômica nacional na visão da autora: um passo à frente, um passo ao lado, um passo atrás.

O *passo à frente* foi o período do Milagrinho brasileiro, termo que a autora toma emprestado de Edmar Bacha. O período contou com o *boom* no preço das *commodities* puxado pelo crescimento chinês e, sobretudo a partir do segundo mandato de Luiz Inácio Lula da Silva, pelo crescimento galopante do mercado interno com a expansão do consumo das famílias e dos investimentos.

Para explicar esse crescimento do mercado interno a autora, sempre didática, elenca três pilares: distribuição de renda, acesso ao crédito e investimentos públicos.

A distribuição de renda foi alavancada pelo Programa Bolsa Família e pela valorização mais acelerada do salário mínimo. A base da pirâmide, sobretudo o setor de serviços e construção civil (setores que demandavam uma força de trabalho menos qualificada), teve alto grau de formalização e aumento mais significativo dos salários. Isso repercutiu no consumo, fazendo com que serviços antes inacessíveis à boa parte da população passaram a ser consumidos pela população de baixa renda.

O segundo pilar foi o acesso ao crédito que, “combinado à redução das desigualdades e aumento do emprego, reforçou o dinamismo do consumo das famílias e do mercado interno durante o período do Milagrinho” (p. 27).

Junto e impulsionando esses dois pilares, os investimentos públicos, o terceiro pilar do Milagrinho, foi o “principal motor de crescimento do mercado interno” (p. 27), puxado pelo Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) lançado em janeiro de 2007 que se voltou à infraestrutura física e social. Lembra a autora que entre 2006 e 2010 “o investimento do governo central cresceu em média 27,6% ao ano”, muito diferente dos períodos anteriores, 2003-2005, no qual esses investimentos caíram 4,7% ao ano e 1999-2002 que a queda foi de 2% ao ano, em média.

Tal crescimento apresentava três limites, no entanto: desequilíbrio externo e estrutura produtiva, inflação de serviços e concentração de renda no topo. De maneira geral, a autora mostra que a fragilidade do setor industrial nacional e a valorização do real, fez com que a demanda crescente por produtos industriais fosse atendida por produtos importados. Assim, “[...] o Brasil não tinha, no contexto do Milagrinho, a estrutura produtiva necessária para atender à demanda criada – não só por serviços, mas também por produtos industriais que não produzíamos” (p. 45). Os outros dois limites decorrem, segundo a autora, do conflito distributivo irresolvido.

O *passo ao lado*, segundo capítulo do livro, foi marcado por uma mudança nos rumos da política econômica: “a mudança envolveria substituir uma política fiscal expansionista” e “uma política monetária contracionista” por uma “política fiscal contracionista” e uma “política fiscal mais frouxa” (p. 56), visando a desvalorização da moeda.

Passa então a ser seguida pelo primeiro governo Dilma Rousseff a Agenda Fiesp, ou seja, redução de juros, desvalorização do real, contenção de investimentos públicos e uma política bastante ampla de desonerações tributárias. Carvalho deixa claro que “os resultados de sua adoção foram desastrosos” (p. 59).

A autora defende que a capacidade ociosa e o ambiente que não indicava possibilidades de crescimento da demanda explicam o por quê os empresários não investiram em aumento da capacidade produtiva, não haviam motivos econômicos para tanto. Carvalho marca a divergência com Singer (SINGER *apud* CARVALHO, 2015): não houve um boicote do empresariado às intenções do governo, como quer o autor, apenas não existia um ambiente claramente favorável aos investimentos.

Assim, a partir de 2011 os incentivos ao setor privado e retração dos investimentos públicos diretos marcam a mudança das políticas econômicas. Com o aumento da carga tributária que incidia sobre os salários e a queda dos impostos sobre o lucro das empresas, além das generosas isenções fiscais a Agenda Fiesp se mostrou mais como “política de transferência de renda para os mais ricos” e para “deteriorar sobremaneira as contas públicas” (p. 74).

O *passo atrás* é dado sobretudo via medidas fiscais recessivas, que acabaram por fazer cair ainda mais a confiança dos investidores e, por fim, impactando o mercado de trabalho com o aumento do desemprego.

Dessa forma, de um lado a burguesia desejava socializar os custos da crise da qual foi a maior beneficiária e de outros atores destacados da direita desejavam “estancar a sangria” e impedir o prosseguimento da Operação Lava-Jato em sua direção. O Impeachment parecia a panaceia: o que se seguiu foi a aprovação da PEC do teto e implementação de várias outras medidas da política econômica neoliberal ortodoxa

No capítulo 4, Laura Carvalho apresenta algumas pistas do caminho que nos conduziria ao crescimento econômico atrelado a diminuição das desigualdades. As críticas ao “Estado forte” feitas duramente a partir de 2013 por setores conservadores e seus resultados levam a autora a afirmar que há “três características do Estado que deveriam ser rejeitadas por uma sociedade que ainda tem alguma pretensão de desenvolver-se de forma democrática”, quais sejam: o Estado opressor, *serial killer* de índios, negros, assentados; o Estado penitenciário, que encarcera indivíduos do mesmo grupo anterior; e o Estado concentrador de renda, que ainda tributando muito o consumo e pouquíssimo a renda.

Para a retomada do crescimento a autora propõe o retorno dos investimentos públicos em infraestrutura física e social “enquanto pilar da política econômica” (p. 167) em vez de esperar pela boa vontade do empresariado. Já no plano estrutural sua maior defesa é pela reforma tributária, pelo caráter regressivo da tributação.

Por fim Carvalho assevera que a alternativa política para pôr em prática tais medidas estaria na “construção de candidaturas que dialoguem com as demandas concretas dos que ainda sofrem [...] as consequências da crise econômica e das desigualdades crescentes” (p. 186).

A leitura de Valsa brasileira parece imprescindível para uma compreensão ampla da economia recente do país, podendo enriquecer as mais variadas análises sobre nossa história

BEILER, R. R.

recente, já que conta com linguagem bastante acessível àqueles que não dominam os termos técnicos da economia, aliás a própria autora os explica quando se faz necessário.